

A RESTAURAÇÃO

REDAÇÃO

Séde social da empresa

Rua de D. João I, 13—1.º andar
GUIMARÃES

SEMANARIO CATHÓLICO

Director e proprietario — Antonio Luis da Silva Dantas

Editor — João P. d'Oliveira Bastos

ADMINISTRAÇÃO

Officinas de composição e impressão

Typographia Minerva Vimaranense
Rua de Payo Galvão

Um governo venturoso

Eu supponho que nunca houve no mundo um governo tam venturoso como o que aí temos para inveja das outras nações. Tem feito quanto quer, quasi sempre apòspello, e até hoje ainda se lhe não defrontou sequer um prostesto valioso da parte do país.

Proclamou-se a república pelo povo — eu diria populocho, se não temesse offender tam illustres cidadãos — de Lisboa; e tudo ficou calado em todo o Portugal.

Dissolveram-se as ordens religiosas, expulsaram-se os jesuítas, usurparam-se os seus bens. Tudo isto commoveu visivelmente o país, cuja vida estava fortemente entravada com as ordens religiosas. Pois tudo se calou, não houve um protesto que se ouvisse a dois metros de distância.

Aboliu-se nas escolas o ensino religioso; extinguiu-se ou vai extinguir-se na universidade a faculdade de theologia; factos estes que forçosamente ham de ter uma grande repercussão na vida cathólica da nação: E todos estão calados.

Fazem-se prisões arbitrárias; suspendem-se jornaes sem motivo plausível; ataca-se a independência do poder judicial e estabelece-se a arbitrariedade no julgamento. E o país calado de norte a sul.

Não sabemos em que lei vivemos; impera o capricho nas altas esferas; a indisciplina lavra por toda a parte. E não se ouve o menor signal de protesto.

Que mais quer o governo para certeza da consolidação da república?

Não tem havido tumultos, nem sedições, nem revoltas, nem manifestações de vulto contra as novas instituições. Ainda poderá haver dúvidas de que ellas não estejam seguras?

No entanto o governo parece não estar contente com este silêncio, com este sossêgo, que em toda a parte se nota em frente do novo regime. Parece que estaria mais satisfeito, se tivesse encontrado resistência séria à nova ordem de coisas.

E para quê? Para mais tarde poder alardear a glória de ter suffocado uma revolta, um levantamento, que tentava restaurar as instituições caídas.

Por isso nós o vemos aí todos os dias praticar actos que muí presumivelmente tendem a irritar, a descontentar, a despertar uma reacção qualquer,

para elle ter o gôsto de mostrar as suas habilidades políticas e a solidez da sua situação.

Os elementos conservadores de mais força sam perseguidos; a crítica, ainda a mais moderada, às medidas governativas é abafada impiedosamente. Não ha garantias individuais de ordem alguma. Ora para que será este terror, esta tyrannia do governo, se não ha quem se insurja contra elle; se não ha os menores indícios de que se conspire contra a república?

Que querem dizer essas prisões, feitas ora aqui ora ali, em vários pontos do país, de individuos que, embora sejam adversários das novas instituições, não sam capazes de lhes fazer o mais leve damno?

Eu não posso atinar com a causa do medo, ao menos aparente, que o governo está exteriorizando em muitos dos seus actos. Em toda a parte se lhe afigura ver conspiradores apostados a decepar a vicejante árvore da liberdade, que mãos generosas aí plantaram neste abençoado torrão.

Que mal pode fazer às instituições republicanas, que agora felizmente nos regem, uma crítica macia e, para mais, isolada? As forças vivas, ou o que assim se costuma chamar, da nação estão ao lado dellas: exercito, imprensa, magistratura, professorado, functionalismo estão já republicanizados na sua máxima parte.

Para que será, pois, que o governo está tomando a cada passo medidas de excepção e extraordinárias? Pretende defender a república? Mas onde está aí um ataque de valor contra ella? Que meios têm à mão os adversários della para a combater com alguma efficácia? Sem imprensa, sem reuniões, sem conferências, sem comícios, como é que se pode abrir brecha na opinião pública contra os poderes estabelecidos?

Em verdade não se comprehendem os cuidados do governo em defender uma coisa que não pode ser atacada por falta de meios.

P. A.

«Nós (os cathólicos) somos os primeiros liberaes do mundo; porque revindicamos, com a liberdade da mãe universal (a Igreja), a liberdade da grande família cathólica, e com ella a verdadeira liberdade do mundo.»

P. Felix.

A Pastoral collectiva

DO

Episcopado Português

A voz do venerando Episcopado português, tam vivamente desejada por todos os cathólicos para orientar a sua acção em meio das circunstancias embaraçosas e amargas em que se encontram, acaba, felizmente, de se fazer ouvir. Para julgarmos do bem que ella pode e deve fazer á causa cathólica, não precisamos de a estudar em si mesma: basta-nos reflectir no alarido e desconcerto que ella produziu nos arraiaes inimigos.

A impressão causada por ella no ánimo dos fieis a quem tem sido lida e explicada pelos respectivos párochos, tem-se traduzido em abundantes soluços e lágrimas ao mesmo tempo de dôr e contentamento: dôr dos gravissimos males que ella denuncia e que ferem no mais fundo do coração as populações christãs; contentamento, por se verem no seu posto, *dispostos a tudo soffrer, antes que atraiçoar o seu officio pastoral, e resolvidos a todos os esforços e sacrificios para manterem e defenderem a liberdade e os direitos da Igreja*, aquelles que o Espírito Santo constituiu para a regerem e governarem.

E' de esperar que todos aquelles — clero e fieis — a quem o grave documento é dirigido se compenetrem dos mesmos sentimentos que animam os seus venerandos auctores, *pondo sempre acima das vantagens temporaes a suprema lei do dever*.

Seria uma cobardia ignobil, uma apostasia vergonhosa, um grave crime de lesa-religião, que algum cathólico, principalmente algum sacerdote, em momento tam critico para a vida da Igreja em Portugal, fechasse os ouvidos á voz do commando, na chimerica esperança de prolongar commodos ócios ou assegurar cambaleantes situações. E onde poderia um cathólico, um sacerdote, encontrar a paz, se lhe faltasse a da consciencia por ter atraiçoado indignamente o seu dever?

A Restauração, no intuito de cooperar na medida da sua possibilidade para a diffusão e conhecimento da importante pastoral, começa hoje a reproduzi-la em suas columnas.

Na hora da procella, quando ruge desfeito vendaval e as vagas embravecidas e tumultuosas aug-

mentam o ruido e a confusão, succede que o capitão do navio se queda inerte, porque não consegue fazer ouvir as vozes do commando.

De que vale o fallar, quando não ha possibilidade de ser escutado? *Ubi auditus non est, non effundas sermonem* (1) recommendava o Sirácides.

E tempestuoso, em verdade, Reverendos Cooperadores e amados filhos em **Jesus Christo**, é o período historico e anormal que a nossa patria vai atravessando.

Melindrosa, cheia de perigos era e é a situação.

Por maior cuidado que haja em buscar circumlóquios e empregar euphemismos, não podemos chamar luz ás trevas, nem trevas á luz (2), não nos é licito occultar nem disfarçar a verdade, e é sabido que com frequencia *a verdade é mãe do odio: Veritas odium parit*.

Mas poderam estas apprehensões dispensar-nos de fallar? Não, que o temôr atingiria a méta de cobardia, e o silencio poderia ser havido por traição.

E nós, os Bispos de Portugal, accusados por vezes de demasiada prudencia e longanimidade, temos, mercê de Deus, a consciencia de não sermos traidores á nossa missão de atalaia collocados sobre os muros da Jerusalem nova.

Quando correm graves perigos aquelles cuja custodia lhe está confiada, o guarda será cooperador e cúmplice, se não erguer o brado de alerta: *Non tacebunt*. (3). Não podemos, não havemos de continuar silenciosos e impassiveis em tam excepcional conjunctura; porque somos successores dos Apostolos, e como que resôam a nossos ouvidos as suas solemnes advertencias. Ouvimos a Pedro dizendo com firmeza ao synhedrio: «Não podemos calar-nos.» — *Non possumus... non loqui*. (4). Escutamos a Paulo, encarcerado, exclamando: «Estas cadeias não prendem a palavra de Deus.» — *Verbum Dei non est alligatum*. (5)

O papel de um Bispo catholico não é apenas o de Jeremias lamentando em doloridos threnos as ruínas da patria; é tambem e de preferencia o de Isaias, a quem Deus ordenou: «Clama, não deixes de clamar: ergue a tua voz e faze-a resoar vibrante, como o clangôr de uma trombeta.» — *Clama, ne cesses, quasi tuba exalta vocem tuam*. (6)

Signal de mercenario, que não de pastor, é abandonar a grei, deixando-a exposta á voracidade dos lobos, disse o Divino Mestre. (7).

E porque haveremos de recuar? Vivemos no século XX da era christã. Passou, já vai longe o tempo em que os tyrannos da Roma pagã, constringendo os seus contradictores a calar-se, ao silencio davam o nome de paz, como escreveu Tácito: *Uni solitudinem fecerunt, pacem appellant*.

- 1) Eccli. XXXII, 6.
- 2) *Ponentes tenebras lucem, et lucem tenebras* (Is. V, 20).
- 3) Is. LXII, 6, 7.
- 4) Act. IV, 20.
- 5) II Tim. II, 9.
- 6) Is. LVIII, 1.
- 7) Jo. X, 12.

A situação é difficil, não ha duvida.

Angustiosa, gravissima é a crise por que está passando a nossa patria sob o aspecto religioso.

E exactamente por ser excepcional, e pôde dizer-se, decisivo para os destinos de Portugal o momento presente, é que a nossa palavra episcopal assume esta forma solemne, e até agora não usada ainda por nós, de *Pastoral collectiva*.

Momento decisivo: é forçosa a opção. Se Deus é o Senhor dos homens e dos povos, é necessario que reconheçamos a sua soberania e obedeçamos á sua lei, sem tergiversar: *Si Dominus est Deus, sequimini eum*. (8)

Muito para reflectir sobre as lições da historia é a actual conjunctura.

Que foi? que é? que será a nossa nação, considerada em suas relações com a Religião e Igreja Catholica?

Portugal começou como feudo da Santa Sé, e á Santa Sé se manteve indefectivelmente unido. Houve luctas, houve dissensões, por vezes graves e até violentas entre alguns Monarchas e o Romano Pontifice; nunca, porém, atingiram as proporções de scisma, nem (menos ainda) de revolta herética.

A' fé christã-catholica prestou este minúsculo país altos serviços dilatando-a com o imperio, como cantou o nosso épico, e levando com o Evangelho a civilização aos mais remotos confins do mundo. A Cruz de Christo, que esmaltava os pannos enfundados das caravellas dos lusos navegantes e descobridores, era-lhes fanal de luz e emblema de esperanza.

Sempre em corações portuguezes arderam juntos estes dois affectos, *Religião e Patriotismo*.

E agora... quebrar-se-ha a cadeia da tradição historica oito vezes secular? Por isso que ruio o throno, querer-se-ha simultaneamente demolir o altar? Porque se realizou uma revolução, que mudou a forma de governo e inaugurou novas instituições politicas, haverá Portugal de esquecer e desprezar a fonte de suas grandezas e a alma fecundante de suas glorias?

Seria uma injustiça... e uma ingratição!

Injustiça é repudiar o Catholicismo, accusando-o de inimigo da sciencia, da civilização e do progresso.

E' esta uma falsidade, mil vezes refutada pelos mais illustres apologistas, e triumphantemente desmentida pelos mais irrecusaveis factos.

Que importa? Mais que o amor, é cego o odio.

Odio gratuito é o que a obcecação impia vota á Igreja, como votou ao seu proprio Fundador, que com inteira justiça deve chamar-se o maior bemfeitor da humanidade: *Odio habuerunt me gratis*. (9)

O Catholicismo não é só repellido, como importuno estorvo á marcha das gerações novas em demanda dos novos ideaes: é vexado, é perseguido; e de futuro, segundo a facil previsão que os acontecimentos auctorizam, irá

- 8) III Reg. XVIII, 21.
- 9) S. Jo. XV, 25.

recrudescendo a perseguição...

Mas deveremos porventura extranhar que assim succeda? Poderá a lucta actual causar-nos surpresa? Não sabemos que a lucta é a vida da Igreja, que por isso se denomina *militante*, emquanto vai percorrendo o estádio dos seculos e até chegar á eternidade, onde se trocará em *triumphante*? Desde que nasceu, não conheceu tréguas, não logrou um dia de repouso. A sua historia de vinte seculos no-la apresenta sempre *combatida*, e tambem sempre *combatente*, porque a sua missão é profligar o erro e vencer o mal.

Como podemos nós, os catholicos dignos deste nome, nós, os discipulos de **Jesus Christo**, assombrar-nos e surpreender-nos de sermos alvo de malquerenças e de perseguições? Seria preciso ignorar ou ter esquecido o Evangelho todo. «Oppressos vivereis no mundo; se me perseguiram a mim, a vós tambem perseguirão, porque o discipulo não é mais privilegiado que o mestre. Sereis entregues á tribulação e á morte; e toda a gente vos odiará por causa do meu nome». Assim vaticinou Aquelle cuja palavra não falha nem percede (10). E como um eco destas prophcias, diz o Apostolo: «E todos quantos quiserem piamente viver segundo **Jesus Christo**, ham de padecer perseguições», — *Et omnes qui pie volunt vivere in Christo Jesu, persecutionem patientur.* (11)

A Igreja começou a existencia entre os furores cruentes de hostilidades geraes, e hauriu o leite da infancia misturado com o sangue do martyrio.

Única entre todas as religiões que existem no orbe, e que foram bafejadas, ao alvorecer, pela protecção dos grandes e poderosos,—a religião da Cruz teve de arrostar, ainda no bérço, com as mais formidaveis difficuldades e as mais rancorosas opposições.

E venceu! Como? Resistindo? Revoltando-se?... Não! Sofrendo: *Non resistendo, sed perferendo*,—diz S. Beda o Veneravel, (12).

A situação presente é triste e amarga, não é porém insolita nem imprevisita.

Parece que,—para empregarmos a linguagem de um grande Propheta,—o Senhor nos esconde a sua face, e nos deixa esmagar ao péso das nossas proprias culpas;—a cidade santa ficou erma, Jerusalem está desolada;—todas as coisas que nos sam mais caras e desejaveis estão sepultadas em ruinas... Sentimo-nos quasi tentados a exclamar com a ousadia da confiança filial: «Porventura, Senhor, poderás conter a tua indignação á vista destas desgraças? Ficarás silencioso, e deixar-nos-has a braços até ás ultimas com esta afflicção vehemente?». (13)

Referta de angustias e eriçada de perigos é a situação, a ponto de não ser quiza infundado o temor de que as proprias almas de eleição se sintam vacillar e se deixem captivar pelo erro, se a graça divina lhes não redobrar auxilios: «Ita ut in errore inducantur, si fieri potest, etiam electi» (14).

Não era porém difficil de prever a crise actual. Bastava a luz da reflexão natural e algum conhecimento da historia e dos homens para se antever a que luctuosas consequências iria parar o rumo seguido em nosso país nas coisas da religião e da politica.

As causas sam multiplas e vêm de longe.

Em Portugal,—como geralmente nas nações novi-latinas,—que é que se observa na esphera das ideias e das instituições moraes, politicas e sociaes? A tendencia demolidora,—a *negatividade* levada a todos os extremos.

Em philosophia especulativa negou-se a metaphysica, pretendendo substituir-se-lhe o arido positivismo; e passou-se ainda mais além, chegou-se á chamada doutrina do *incognoscivel*.

Em philosophia prática nega-se o livre arbitrio e a responsabilidade moral, e proclama-se o determinismo e a fatalidade.

Em politica nega-se a auctoridade, e preconiza-se a anarchia.

Em economia social nega-se a propriedade particular, e exalta-se o collectivismo socialista.

Em religião nega-se não só a Revelação Divina e a ordem sobrenatural, mas o proprio Revelador, o proprio Creador, o proprio Deus; ou, por outros termos, nega-se toda a religião positiva e até a religião natural.

E todavia, o nosso espirito não pode alimentar-se de negações: exige ideias certas e seguras, demanda principios definidos e inabalaveis.

Para dar pábulo ao entendimento humano, faminto de verdade, offerece-se-lhe, qual novo deus, a Sciencia. E? idolo que intenta supplantar a Fé. Como o anti-Christo, aspira á adoração universal.

Mas a Sciencia alheada e divorciada da Fé não basta ao homem. Fé e Sciencia sam ambas expressões da Verdade; sam raios do mesmo sol, sam filhas do mesmo Deus, a quem a Escripura denomina o Pae das luzes (15); sam irmãs, que devem andar sempre associadas, porque mutuamente se auxiliam e completam.

Crer é uma necessidade natural do homem; é uma lei do espirito racional; é uma exigencia de nossas mais nobres faculdades.

A razão e a sciencia esbarram a cada passo com enigmas insolúveis: estão balisadas pelo *finito*.

E a aspiração ao *infinito* é essencial e ingênita no homem,—como ideia, como lei, como emoção, como ideal:—ideia, que subordina todas as noções de phenomenos contingentes e relativos;—lei, que domina e regula toda a actividade moral duma alma que se sente destinada ao *Bem*;—emoção singular, que só ella tem o poder de encher a immensa capacidade affectiva de nosso coração;—ideal, que illumina e arrebatá a phantasia acima de tudo que é imperfeito e transitorio.

«O infinito!—exclamava Paster: vejo por toda a parte no mundo a sua expressão irreductivel; os progressos da sciencia dam em resultado o impôr-se cada vez mais a todos os espiritos pensadores esta noção do infinito!»

Que é a vida humana sem a Fé? Que significação tem no mundo este extranho animal, que pelos pés está preso ao globo, e que se eleva ao infinito pelo pensamento? Que fica sendo este escuro e estreito ergastulo do viver terreno sem as esperanças e as consolações da religião?

A civilização exclusivamente material é impotente para dar valor e sentido a esta curta e atribulada vida do homem. Os esplendores da industria, da sciencia e da arte,—as mais assombrosas conquistas do genio, se pretenderem isolar o homem da região sobrenatural, em vez de o erguer, rebai-xam-no. A materia,—por mais admiraveis combinações e transformações que se lhe imprimam e ageitem—será sempre lódo, que amesquinhará e polluirá o coração que desse lódo vil se contentar.

Roubar aos homens a fé, não é só illudi-los, é infelicitá-los. E é mudar a terra em antro de tigres.

Desde que ao homem falem as

crenças fundamentaes em um Deus pessoal e remunerador e em uma vida futura de premios e penas correspondentes aos meritos ou demeritos de cada um,—o homem, mal soffreado pelo temor da lei penal imposta pelos seus semelhantes, vai a caminho da féra.

A sociedade,—escreveu Thiers,—é impossivel, se não fôr conhecido o imperio das ideias basilares que constituem a ordem moral,—a ideia da essencial distincção do bem e do mal, as ideias da ordem, da justiça, do direito e do dever. Mas se a estas ideias se attribue apenas por origem a natureza humana, que força lhes fica? A utilidade social é uma base mesquinha e inadequada. E? necessario que na ordem moral vejamos o reflexo duma intelligencia suprema: só assim a ideia do bem attingirá a sua grandeza, a sua dignidade, a sua belleza moral.»

Por isso, toda a tentativa anti-religiosa, é anti-social.

E é tambem anti-nacional e anti-patriotica.

Uma grande auctoridade em questões desta ordem, Bismarck, dizia já em 1870: «As nações latinas encheram os seus dias e estão em plena decadencia: um unico elemento de força lhes resta, e é a religião; quando tivermos vencido o Catholicismo, ellas ham de desaparecer.»

Conturba-se-nos o espirito quando pensamos no futuro que se prepara ás novas gerações, educadas fora de toda a salutar influencia religiosa, e até no odio á religião...

Educadas?... Seria mais franco negar a necessidade da educação em absoluto.

Não ha educação sem moral, nem moral sem religião.

Educar não é apenas *instruir*; é tambem e principalmente formar o caracter na escola austera do *dever*.

E a ideia do *dever moral* é uma contradicção inepta desde que o imperio da obrigação não venha de fora e de alto: se cada homem é lei de si mesmo, não terá grande difficuldade em a si mesmo desobedecer.

A noção e lei intima do dever, sem a crença no destino ulterior e na responsabilidade para com o Legislador supremo, fica sem base firme e sem motivo adequado. E o que, ainda assim, valerá para que o mundo se não torne de todo inhabitavel, é que, «por uma feliz inconsequencia, muitos homens sam melhores que as suas opiniões», como diz um moralista.

Sem religião não ha educação, nem é tambem possivel o progresso e a harmonia social.

O *progresso* não se concebe desligado da *ordem*: quem marcha á tóa e não conhece directriz nem termo, não progride, vagueia. O progresso é o *desenvolvimento regular* das energias e dos interesses dos membros da sociedade: a evolução ou expansão individual que não seja contida pelas balisas do dever proprio e dos direitos alheios, é a desordem, é a confusão, é o perigo social.

Querer annullar a religião e impedir a acção social da Igreja Catholica é abrir o dique á torrente do socialismo militante e pratico, ou antes, o anarchismo.

Este caminho parece fatal, e foi prenunciado já ha alguns annos por vozes competentes: a revolução social, affirmaram ellas,—será a sequencia e o complemento da revolução politica.

O anarchismo triumphará, se não houver uma colligação de todos os elementos de ordem e de todos os espiritos sensatos, que tenham a peito a conservação da propriedade, da familia, da auctoridade e da paz; e dentre esses elementos o primeiro e mais poderoso é innegavelmente a Religião e Igreja Catholica.

A assolação anarchica nenhuma barreira será sufficiente, se não tiver por essencial argamassa a crença e o sentimento religioso.

Quasi por estas mesmas palavras o disse Guilherme I, Imperador da Allemanha, ao sair felizmente illeso de um attentado contra a sua vida.

O Catholicismo é o mais firme esteio da ordem social.

«A Igreja Catholica, escreveu Guizot, é a mais alta escola do respeito.»

Só o Catholicismo resolve o problema da conciliação entre a liberdade e dignidade humana e o respeito á auctoridade. A theoria catholica da origem do poder é a unica que, firmando a auctoridade, dignifica obediencia.

O Catholicismo préga o respeito á auctoridade social e a obediencia aos poderes constituídos, por isso que vê no poder uma expressão da vontade e ordenação sapientissima do proprio Deus, creador do homem e auctor da sociedade.

Neste sentido é que se deve entender a theoria do *direito divino* ensinada pelos theologos e publicistas catholicos; esta interpretação é a que legitimamente cabe á conhecida phrase do Doutor das Gentes: «Todo o poder vem de Deus»,—*Non est potestas nisi a Deo*. (16)

Porventura quis S. Paulo affirmar que Deus intervenha de um modo sensivel e particular na concretização do poder em determinadas pessoas? Queria acaso dizer que não ha regime politico que não seja a *theocracia* propriamente dita? Não. Mas, se este facto «*sociedade*» é de origem divina,—pois foi Deus quem fez o homem *sociavel*,—e se a sociedade é essencial estoutro facto «*auctoridade*», o raciocinio conclue que a *auctoridade*, em these, é de instituição divina.

«Qualquer sociedade não pode subsistir sem governo», escreveu, traduzindo simplesmente a affirmacão do senso commun, o illustre auctor do *Espirito das leis*, (17)—que pareceu traduzir ao mesmo tempo o dito do Sabio por excellencia: «Ubi non est gubernator, dissipabitur populus. (18)

A unidade, o numero, a estabilidade social teem como garantia unica a auctoridade. A sociedade não é mera juxtaposição de individuos, é um *organismo*; e não ha organismo vivo sem coordenação e subordinação de membros e de funções; porque é desta correlação funcional que resulta, ou antes, que depende a *vida*.

A semelhança do que succede no mundo physico, onde as causas secundarias sam como um reflexo da acção divina, assim na sociedade civil os depositarios do poder sam uma imagem de omnipotencia providente com que o Ser Supremo rege os homens. (19)

Que mais elevada ideia pode formar-se da auctoridade? E que maior prestigio pode carear-lhe o respeito e a obediencia dos subordinados?

Obedecei! obedecei a vossos superiores! ordena a Igreja pela voz do Apostolo: «Obedite praepositis vestris. (20)

Mas, ao mesmo tempo, foi Christo, foi o Divino Instituidor da Igreja, quem trouxe ao mundo a verdadeira *liberdade da consciencia*, quando ao exercicio da auctoridade marcou por lindes os direitos absolutos do Senhor de governantes e de subditos, proferindo aquella luminosa sentença: «A Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus»,—«Redite ergo quae sunt Caesaris, Caesari, et quae sunt Dei, Deo». (21)

A applicação desta lei fundamental não tardou a ser feita por S. Pedro, quando proclamou perante o tribunal do seu povo: «E? necessario obedecer antes a Deus do

que aos homens»,—*Obedire oportet Deo magis quam hominibus.* (22)

A obediencia á auctoridade humana tem de ser condicionada e subordinada pela obediencia á Soberania Divina; porque é Deus o Legislador que dá validade ás leis que na terra formulam os que representam e personificam o poder civil: *Fer me... legum conditores justa decernunt.* (23)

Não ha lei digna deste nome, quando a prescripção do homem se oppõe aos inauferiveis direitos de Deus: essa prescripção, em tal hypothese, nem é racional nem justa; e a lei humana deve ser *ordinatio rationis* e não contrariar a justiça. Acima de todas as leis humanas está o eterno principio do *justo*: *Lex injusta, nulla lex.*

Portanto, a lei injusta não pode obrigar em consciencia.

Mas é mister que a antinomia entre a lei e o principio do *justo* seja certa e evidente: aliás, abrir-se-ia largo campo a discussões que pretenderiam, sem razões sérias, infirmar o valor obrigatorio das leis civis.

Estas doutrinas catholicas, que singela e claramente temos exposto no recordado, Reverendos Cooperadores e amados filhos em **Jesus Christo**, nenhuma conexão ou dependencia teem das varias formas de governo.

Esta questão da forma de governo, em presença da doutrina do Catholicismo, é das indifferentes á fé, ou (como se usa dizer em linguagem theologica) *adiáphoras*.

A fé catholica é extranha a essa controversia politica, tam fecunda de luctas e desastres...

Podem os catholicos com plena liberdade discutir o problema; podem disputar (sem offensa da caridade e da moderação christã), podem estabelecer suas preferencias: a Igreja conserva-se extranha á referta; não intervêm com a sua auctoridade doutrinal para proferir juizo.

A politica é, em geral, uma *sciencia de relatividades*; quasi não tem principios seus proprios com caracter absoluto; e em especial nesta questão de regime politico nada pode affirmar-se com tal caracter: a resolução depende das diversissimas condições de cada povo,—donde resulta que poderam ser inconvenientes e funestas para um as instituições politicas que para outro sam optimas e vantajosas. A razão o dicta, a história o confirma.

Porém,—repetimos, e bem é que accentuemos,—a Igreja não tem predilecções por nenhuma forma de governo, e a nenhum regime politico está enfeudada.

Sob todos elles pelo viver, e até florescer e prosperar. Porquê? Porque não ha forma de governo, por mais democratica que a imaginemos, á qual seja intrinsecamente annexo o atheismo politico.

E até deve notar-se que as instituições mais livres e democraticas sam exactamente aquellas que exigem mais vivo nos povos por ellas regidos o sentimento religioso, como elemento ponderador necessario para se manter o equilibrio social, ameaçado pelo natural incremento da expansão das energias individuaes, ou, digamos assim, pelo crescente impulso da força centrifuga.

«Quanto mais rareiam (diz um philosopho) as impulsões externas para levar os cidadãos ao cumprimento dos deveres, mais forte e constante tem de ser o principio interno d'acção.»

As franquias dos governos populares, alargando a esphera da autonomia individual, ou, como lhe chamam os Ingleses, do *self-government*, tornam indispensavel uma nitida comprehensão e radicada consciencia do *dever*, e portanto do fundamento absoluto delle, que é a ordem moral, como expressão da vontade de Deus.

10) Mat. XXIV, 9.

11) Tim. III, 12.

12) Serm. 18 de Sanctis.

13) *Abcondisti faciem tuam a nobis, et alligasti nos in manu iniquitatis nostrae. Civitas Sancti tui facta est deserta... Jerusalem desolata est... Omnia desiderabilia nostra versa sunt in ruinas. Numquid super his continebis te, Domine? Tacebis et affliges nos vehementer?* Is. LXIV, 7, 10, 11, 12.

14) Mat. XXIV, 24.

15) Ep. Jac. I, 17.

16) Rom. XIII, 1.

17) «Une société ne saurait subsister sans un gouvernement.» (Montesquieu)

18) Prov. XI, 14.

19) Leão XIII, Encycl. «Immortale Dei».

20) Hebr. XIII, 17.

21) Mat. XIII, 21.

22) Act. Ap. V, 29.

23) Prov. VIII, 15.

Teem este caracter democratico as novas instituições politicas que em Portugal substituíram recentemente a monarchia representativa.

E em face das instituições actuaes qual é o dever dos catholicos portugueses?

Acatá-las, sem pensamento reservado.

Obedecer á sauctoridades e respeitar os poderes constituidos.

Ainda que nos sejam desfavoráveis ou se nos mostrem hostis, sejam-lhes sujeitos, obedeçamos fielmente a suas determinações em tudo que não fôr contrario á consciencia, e estejamos na disposição de contribuir voluntariamente para toda a obra boa, para toda a acção salutar de que possa provir o engrandecimento, a honra, a paz e a felicidade da nossa patria.

Não fazemos mais que repetir e paraphrasear as instrucções e prescripções que aos fins da primitiva idade do Christianismo mandava S. Paulo transmittir ao primeiro Bispo de Creta:—*Admone illos principibus et potestatibus subditos esse, dicto obedire, ad omne opus bonum paratos esse.* (24)

Importa, comtudo, distinguir bem duas coisas,—a auctoridade e a legislação.

A obrigação de consciencia de respeitar o poder publico não implica a de approvar todas as leis que delle emanam.

Ora o nosso sagrado ministerio pastoral impõe-nos, Reverendos Cooperadores e dilectos filhos em **Jesus Christo**, o imperioso, o indeclinavel dever de fallar claramente.

Se, por um lado, nos é agradável applaudir algumas medidas do Governo Provisorio, taes como as tendentes á repressão do delicto, do jogo de asar e da immoralidade, e reconhecer louvável o seu empenho de melhorar os serviços publicos, de cortar abusos e reprimir transgressões, temos, muito a nosso pesar, de vos declarar, por outra parte, que não poucas leis promulgadas até agora pelo mesmo Governo revelam e traduzem evidentemente não só *ausencia de religião*, mas até *oposição* ás nossas crenças, ás doutrinas, instituições e preceitos da Santa Igreja Catholica, da qual nos honramos de ser ministros; e portanto,—forçoso é affirmá-lo, porque seria crime escondê-lo,—essa legislação não pode merecer o nosso applauso.

Como occultar o que a todos é patente?

Feição não só *acatholica*, mas *anti-catholica* accusam muitas medidas que, desde a implantação do novo regime, decretou o Governo; porquanto:

Proscreevou a Companhia de **Jesus** e extinguiu todas as demais ordens e congregações religiosas; Aboliu o juramento religioso; Supprimiu, quanto aos serviços publicos e trabalhos escolares, a observancia de muitos dias santos de preceito;

Proibiu o ensino da doutrina christã nas escolas officiaes, e supprime a Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra;

Offendeu o character indissolúvel do matrimonio, facultando o divorcio;

E, como complemento e remate desta obra de hostilidade ao Catholicismo, virá talvez,—como muito é de recear,—vibrar-lhe mais fundo e dilacerante golpe a annunciada lei da separação entre o Estado e a Igreja.

Diz-se imminente esta violenta e súbita alteração das relações multi-seculares que em nosso país teem mantido, mais ou menos perfeita e cordial, a harmonia entre o poder ecclesiastico e o civil. E nem sequer se aguardará tal vez a convocação e reunião da assembleia constituinte, no seio da qual, segundo todas as indica-

ções, deveria essa questão extremamente grave, momentosa e complexa,—se a questão surgisse—ser amplamente debatida, em larga controvérsia, em liberrima discussão, para se consultar e averiguar a vontade nacional.

A vontade nacional? Mas que duvida pode razoavelmente conceber-se sobre ella? Que motivo plausivel, que fundamento sério pode evocar-se para fazer objecto de discussão e controvérsia o pensar e o querer da nação a este respeito, se os factos fallam de per si com eloquencia ineluctavel? A maioria, a immensa maioria, a quasi totalidade dos habitantes do continente de Portugal e ilhas adjacentes professam a Religião Catholica. Todos o sabem, e as estatisticas o provam. Segundo consta do censo da população portuguesa em 1 de Dezembro de 1900, no continente e ilhas, entre 5.423.132 habitantes, contavam-se apenas 4.491 protestantes, 521 sectarios de outras religiões (orthodoxos, israelistas e mahometanos) e 1.916 sem religião ou de religião ignorada. Os restantes, isto é, 5.416.204 portugueses declararam seguir o Catholicismo. Quer dizer: todos os portugueses não-catholicos estão para os catholicos na razão de 1,28 por mil aproximadamente; e os seguidores de religiões diversas da Catholica estão para os catholicos na proporção de menos de 1 por mil. E' o que resulta da estatistica official. E o decennio decorrido desde então não alterou de certo sensivelmente esta proporcionalidade.

Uma nação em taes condições não deverá dizer-se com todo o direito *nação catholica*? A duvida na resposta equivaleria a duvidar se a addição será ou não da natureza das parcelas.

O Estado, portanto, não pode deixar de tomar em conta este facto; e se sinceramente quizer conformar-se com a vontade nacional, deve traduzir nas instituições, nas leis, em todo o exercicio do poder, o reconhecimento do Catholicismo como religião dominante, e por consequencia logica, deve compenetrar-se da necessidade e da conveniencia de manter harmonia de relações, sem confusão de esferas, com a Igreja Catholica.

Dissemos, Reverendos Cooperadores e dilectos filhos em **Jesus Christo**, que nem toda a legislação promulgada pelo Governo Provisorio da Republica Portuguesa merece o nosso e o vosso applauso.

E' obrigação nossa dizer-vos agora, succintamente ao menos, os fundamentos do que affirmamos.

Obrigação penosa! Serám provavelmente maisinadas as nossas intenções. Seremos havidos como desrespeitosos, quicá como rebeldes. Seremos apodados de *reaccionarios*...

Reaccionarios foram considerados os primeiros Bispos, os Apostolos; e a despeito das ameaças que tentavam embargar-lhes a voz, não desistiram de proclamar com toda a confiança a verdade divina.

Como elles, em Deus pomos também a nossa confiança, para que saibamos expôr, sem o sentimento nem a actimónia da paixão, mas com a serena firmeza duma convicção inabalavel, o que, á luz do criterio catholico, pensamos, e vós deveis igualmente pensar, sobre os varios pontos já indicados.

Et nunc, Domine, respice in minas eorum, et da servis tuis cum omni fiducia loqui verbum tuum. (25)

Não podemos approvar a extincção das ordens e congregações religiosas.

Resuscitando velhas leis do absolutismo e da monarchia constitucional, que acabava de derri-

bar aos golpes da revolução e ao som magico da palavra *liberdade*, começou o novo regime por ferir a liberdade da associação para fins religiosos!

Lamentavel é em si o facto, e mais para deplorar ainda foi o modo da sua execução.

Foram a súbitas extintos e encerrados todos os institutos religiosos, e foi proscripta, com rigor especial, a Companhia de **Jesus**, cujos bens foram confiscados para o Estado, e cujos membros foram condemnados a perpetuo desterro. Succedeu isto ao findar a primeira década do seculo XX...

As ordens religiosas, é certo, não sam organismos essenciaes á Igreja. A Igreja viveu sem ellas nos primeiros séculos. Sem ellas pôde viver hoje ainda.

Mas sam instituições utilissimas á vida catholica. Sam a efflorescencia natural e espontanea do espirito christão; porque representam, digamos assim, a quintessencia do Evangelho, e concretizam o que ha mais elevado e mais sublime na santa moral do Divino Modelo de toda a perfeição: realizam e põem por obra os conselhos evangelicos, a pobreza voluntaria, a obediencia e a continencia perpétuas.

Sam corpos que, não fazendo parte da hierarchia ecclesiastica, prestam comtudo á Igreja serviços utilissimos;—sam como tropas auxiliares, aguerridas e heroicas, que occupam de ordinario os postos avançados, e se offerecem aos lances mais perigosos.

Não sam essenciaes á Igreja, mas a Igreja estima-as, aprecia-as, ama-as, como merecem. E não pôde deixar de se doer e lastimar, quando a privam de tão precioso auxilio. Também um braço ou uma perna não é órgão essencial á vida; e quem dirá que não seja afflictiva a sua amputação e penosissima a sua falta?

Em toda a parte uteis, utilissimos em nosso país (só a obcecção ousará negá-lo) os serviços prestados pelas corporações religiosas á instrução, á beneficencia e ás missões ultramarinas.

Conteste-se embora (dêmos isso de barato, sem o conceder como verdadeiro) a utilidade do ensino ministrado nas casas religiosas, por se opinar que não era qual convinha nos tempos actuaes. Mas quem pôde a sério contestar o alcance, a proficuidade, a relevancia da obra beneficente e missionaria dos religiosos de um e outro sexo? Quantos desvalidos, quantos enfermos, quantos indigentes acolhidos, tratados, sustentados com a maior solicitude, com o mais terno carinho, com a mais pura e desinteressada caridade, e até com extremos de dedicação, até com sacrificio de saude e ás vezes da vida, em asylos, em hospitais, em albergues, em manicômios! Quantos indigenas dos sertões da Africa chamados á fé e á civilização christã e attrahidos á sympathia para com o nome de Portugal e conquistados para os interesses nacionaes nas missões do Ultramar!

E de repente, com um traço de penna, esquecem-se e desprezam-se todos estes serviços.

Não haverá motivo para apprehensões e receios pelo futuro das nossas colonias, onde as nações estrangeiras, á sombra da conferencia de Berlim, não deixarão naturalmente de utilizar com alvoroço esses serviços?... Não haverá fundamento para prever que se abrigaram debaixo de alguma bandeira extranha os missionarios que já não sam de Portugal, mas que não deixarão de ser da Igreja e da humanidade?...

«Não me sinto bastante forte para governar um povo que leia Rousseau e Voltaire.»

Napoleão.

A esmola do pobre

Nos tóscos degraus da porta De igreja rústica e antiga, Velha, trémula mendiga, Implorava compaixão. Quasi um seculo contado De attribulada existencia, Ei-la, enferma e na indigencia, Que á piedade estende a mão.

Duas creanças brincavam A distancia, na alameda; Uma trajava de sêda, Doutra humilde era o trajar. Uma era rica, outra pobre; Ambas louras e formosas; Nas faces a côr das rosas, Nos olhos o azul do ar.

A rica ao deixar os jogos, Vencida pelo canção, Viu a mendiga, e ao regaço Uma esmola lhe lançou; Ella recebe-a, e a creança Que a soccorre compassiva, Em prece fervente e viva Aos anjos encommendou.

Dum lejeiro sentimento De vaidade possuida, A' creança mal vestida Disse a do rico trajar: —«O prazer de dar esmolas «A ti e aos teus não é dado; «Pobre como és, coitado! «Aos pobres o que has de dar?»

Então a creança pobre, Sem mais sombra de desgosto, Tendo o sorriso no rosto, Da igreja se approximou; E após, serena, em silencio, Ao chegar junto da velha, Descobrimdo-se, ajoelha E a magra mão lhe beijou.

E a mendiga, alvoroçada, Ao collo os braços lhe lança, E beija a pobre creança, Chorando de commoção. E' assim que a caridade Do pobre ao pobre consola. Nem só da mão sai a esmola, Sai também do coração.

Julio Diniz.

«A fortuna faz passar por bagatellas os crimes dos felizes, e por crimes as bagatellas dos infelizes.»

Bussy Rabutin.

Noticiario

Associação dos Cortidores e Surradores. — Commemorando-se no dia 7 do corrente o 1.º anniversario do fallecimento do inolvidavel vimaranense, snr. Antonio Pereira de Sousa, a direcção da Associação dos Cortidores e Surradores manda celebrar no dia 5 do corrente, domingo proximo, pelas 10 1/2 horas da manhã no templo de S. Francisco, uma missa, suffragando a alma daquelle seu socio bemfeitor.

A mesma collectividade, attendendo a que a bandeira que actualmente possui se encontra bastante deteriorada, e portanto impropria para se apresentar em qualquer acto publico, resolveu mandar confeccionar uma outra, para o que vai fazer um peditório pelos seus socios benemeritos e bemfeitores e pelos socios effectivos.

«Com eleições livres e assembleias independentes do governo, jamais a mediocridade chegaria ao leme dos negócios.»

Bacot de Romans.

Expediente.

—*Prevenimos os nossos estimados assignantes da cidade e concelho, e ainda aquellos do país que se acham em divida, que estamos procedendo á cobrança das suas assignaturas, esperando que todos se dignem satisfazer logo que lhes sejam apresentados os recibos, ou que para isso recebam aviso.*

Desnecessario será dizer que a falta de pagamento em tempo opportuno nos ocasiona serias difficuldades, que não sam facéis de remediar.

Com um pouquinho de boa vontade de todos, tudo se remedia, não sendo necessario desta forma estar a fazer despesas superfluas, que nada as justifica.

ANNUNCIOS



Francisco Jacintho

Cirurgião-dentista

Tratamento de doenças de bocca, obturações, dentes artificiaes.

Extração de dentes sem dor.

Largo do Toural, 6

CALDAS DAS TAIPAS

Passa-se o CAFÉ ORIENTE, com todos os seus utensilios, bebidas, etc.

Fallar com o seu proprietario Manoel José da Silva Piairo.

Explicações e aulas

O Instituto Escolar, installado na rua das *Lamellas* 29 está aberto para explicações e para aulas particulares, sob a direcção dos professores P.º José Maria Fiuza, tenente Francisco Martins Ferreira e P.º Antonio Hermano, a qualquer dos quaes se podem dirigir os interessados para combinações ou esclarecimento.

VINHO BRANCO PURO

(Typo Colares)

Este excellente vinho, que foi premiado na exposição Agricola de Guimarães, vende-se ao preço de 120 reis em Garrafas de 7 decilitros, no estabelecimento de fazendas de lã, de **Camillo Laranjeiro dos Reis**, ao Toural.



OFFICINA DE ENCADERNAÇÃO, PAPELARIA E LIVRARIA

—DE—

Antonio Luis da Silva Dantas

Rua de Payo Galvão — Guimarães

Na officina typographica, montada com cerca de 240 collecções de typos, machinismo aperfeiçoado e pelos mo e nos processos da arte, executam-se, com nitidez e perfeição, todos os trabalhos, taes como: obras de livro e jornaes de grande e pequeno formato; participações de nascimento, casamento e obito; circulares, memoranduns, facturas, enveloppes e todos os demais impressos para commercio; mappas, mandados de pagamento, talões e varios outros impressos para repartições publicas civis, ecclesiasticas e militares; rotulos para pharmacia; etiquetas para fabricas e estabelecimentos de fazendas e ferragens; programmas e bilhetes para espectaculos, etc., etc.

Impressões a côres, ouro, prata e chromotypographia.

ESPECIALIDADE EM CARTÕES DE VISITA DE DIVERSAS QUALIDADES E FORMATOS

Na Officina de encadernação executam-se todos os trabalhos concernentes á arte, com perfeição e segurança, para o que possui escolhido material vindo expressamente do estrangeiro e pessoal habilitado.

Na papelaria encontra-se um variado sortido de papeis almaços, finos e de impressão, nacionaes e estrangeiros, objectos de escriptorio, caixas de papel de phantasia em diversos formatos, livros em branco, para commercio, cartão fino e papelão em folha, etc., etc.

Encarrega-se da execução de GRAVURAS EM MADEIRA, EM ZINCO E COBRE, pelos processos chimicos, e de CARIMBOS DE BORRACHA, para o que está em correspondencia directa com os mais habéis gravadores e fabricantes.

PREÇOS RASOAVEIS

— — Trabalhos perfeitos e rapidos

No mesmo estabelecimento encontram-se em exposição imagens religiosas, da casa EL ARTE CRISTIANO—Olot, (Gerona), de cartão madeira, (materia privilegiada por um decreto da Sagrada Congregação de Indulgencias e Sagradas Reliquias), assim como estampas para lembrança da primeira communhão e catechese, que se vendem por preços muito economicos.

As edições desta casa encontram-se á venda em S. Paulo (Brazil), no Centro de Propaganda Catholica, de Campos & C.^a, R. de S.^{ta} Thereza, 20.

BIBLIOTHECA RELIGIOSA

Obras editadas pela empreza de «A RESTAURAÇÃO» e á venda na Papelaria annexa á Typ. Minerva Vimaranesse—Rua de Payo Galvão.

Recordação de meus estudos

Pelo auctor do *Método para formar a infancia na piedade*. Accommodação portugueza do Padre José Lopes Leite de Faria, com auctorização do Ex.^{mo} Arcebispo Primás.

1.^a série—Um vol. de 46 páginas em 4.^o:
Preço 50 reis
Pelo correio 60 "
2.^a série—Um vol. de 50 páginas em 4.^o:
Preço 50 reis
Pelo correio 60 "

Os beneficios da confissão

Por F. J. d'Ezerville, accommodação portugueza do Padre José Lopes Leite de Faria, com auctorização do Ex.^{mo} Arcebispo Primás.

Um vol. de 60 páginas em 8.^o:
Em brochura 50 reis
Cartonado 100 "
Franco de porte.

As Bem-aventuranças evangelicas

Postas ao alcance de todos

Pelo Padre Deville, Doutor em theologia. Tradução do Padre José Lopes Leite de Faria, com auctorização do Ex.^{mo} Arcebispo Primás.

Um vol. de 64 páginas em 8.^o:
Em brochura 50 reis
Cartonado 100 "
Franco de porte.

VARIAS OUTRAS OBRAS

A' venda na mesma casa:

Vida de S. Luis Gonzaga

Modelo e protector da mocidade catholica

Um vol. de 50 páginas, com uma linda capa illustrada que o torna recommendavel para premios á juventude:
Preço 30 reis
Pelo correio 35 "

A Dictadura

Por Joseph Viand, Ensaio de philosophia social.

Um volume de 116 páginas, formato elegante:
Preço 250 reis
Pelo correio 270 "

Conselhos sobre a educação

Segundo o Veneravel Sarnelli. Accommodação portugueza do Padre José Lopes Leite de Faria, com auctorização do Ex.^{mo} Arcebispo Primás.

Um vol. de 112 páginas em 8.^o:
Em brochura 100 reis
Cartonado 160 "
Franco de porte.

Por que não haveis de commungar todas as manhãs em que ides á missa?

Opúsculo altamente louvado por sua Santidade Pio X e traduzido pelo Padre José Lopes Leite de Faria, Professor no Seminario-Lycée de Guimarães. 2.^a edição auctorizada pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Arcebispo Primás.

Um folheto de 32 paginas, em 8.^o Avulso 30 rs. franco de porte. Para propaganda, por cada 10 exemplares, remetidos pelo correio, 225 reis. Sendo o pedido de 100 exemplares, inclusive, para cima, faz-se o preço de 20 reis cada um, franco de porte.

Officio da Immaculada Conceição

Texto portuguez, com approvação ecclesiastica.

Um folheto de 32 páginas, em bom papel. Preço 20 reis
Pelo correio, por cada 5 exemplares 10 "

Burgueses e operarios

Dialogo entre um socialista e um homem de bem

(Versão do francês)

Um volume de 118 páginas em formato elegante:
Preço 80 reis
Pelo correio 90 "

Encarrega-se de mandar vir da LIVRARIA CATHOLICA PORTUGUESE, Centro de Propaganda religiosa em Portugal e Brazil, qualquer obra annunciada no seu catalogo.

ALÉM DOS LIVROS MENCIONADOS HA MAIS:

Bilhetes postaes illustrados

Colloridos, e em preto, variedades de gostos e preços a começar em 20 réis.

Collecções da estancia thermal de Vizzella composta de 14 exemplares, com 17 vistas escolhidas, optimo cartão e nitida impressão, a 150 réis.

Collecções dos mais importantes monumentos, paysagens, avenidas, jardins, associações, etc., etc., da Cidade de Guimarães e da Penha, compostas de 30 exemplares, a 500 réis.

Albums illustrados

Com as mesmas 30 vistas dos postaes lindamente cartonados, a 500 réis.

Bilhetes postaes de propaganda religiosa

Com diversas imagens. Preço de cada um, 5 réis.

Em series de 20 ou mais exemplares, sortidos, faz-se a remessa franco de porte.

Todas as requisições devem ser dirigidas a Antonio Luis da Silva Dantas e acompanhadas da respectiva importancia, em estampilhas de 25 réis ou vale postal, sem o que não serão attendidas.

A RESTAURAÇÃO

SEMANARIO CATHOLICO

Preço da assignatura

(PAGAMENTO ADIANTADO)

Preço das publicações

(PAGAMENTO ADIANTADO)

Anno 1\$300 rs.
Semestre 650 "
Trimestre 350 "
Numero avulso 80 "

Toda a correspondência deve ser dirigida a Antonio Luis da Silva Dantas, director e administrador de A Restauração.

Annuncios e communicados, linha 40 rs.
Repetição, por linha 20 "
Reclamos, até 5 linhas 100 "

Os srs. assignantes gosam o desconto de 25 % em todas as suas publicações.

As obras litterarias, quando o mereçam, annunciam-se em troca de um exemplar.

O Coração de Jesus

SEGUNDO A DOCTRINA

DA

Beata Margarida Maria Alacoque por um oblato de Maria Immaculada, capellão de Montmartre.

Tradução de R. F.

Introducção do Padre J. S. Abranches

Pedidos á Administração do Novo Mensageiro, Rua do Quelhas, 6, Lisboa. Preço: um volume de 316 páginas, largamente illustrado, 300 reis; pelo correio, 340 reis.

A RESTAURAÇÃO

6.^o anno

SEMANARIO CATHOLICO

N.^o 310

Ex.^{mo} Snr.